



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Mourão pressiona Bolsonaro

Foi assim que aliados do presidente leram a frase "eu vetaria" dita pelo vice-presidente Hamilton Mourão sobre o veto ao fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões. Bolsonaro ficou sem saída, a não ser vetar a proposta. Se mantiver essa decisão, vai se desgastar com parte da sua base. Porém tudo ainda pode ser rediscutido na votação do orçamento, no segundo semestre.

Recesso sob risco

Se o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques acolher o pedido de parlamentares para anular a votação do fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões, a decisão leva para o ralo o recesso parlamentar. É que, reza a Constituição, sem LDO, não tem recesso.

Água mole em pedra dura

Bolsonaro vai falar do voto impresso praticamente todos os dias até o dia da votação, até repetir que não acredita mais na aprovação da proposta. Quer, com isso, ver se consegue virar votos ou, no mínimo, mobilizar seus seguidores, que marcaram uma manifestação para 1º de agosto, em defesa da emenda constitucional em análise na Câmara.

O dono da caneta

Em conversas reservadas, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizem que não leva a lugar algum a solicitação do vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos, para ter acesso aos pedidos de impeachment apresentados contra Bolsonaro. É que cabe ao presidente da Casa decidir sobre o tema. E Lira não pretende viajar fora do período regulamentar de recesso. Até aqui, nem para as chamadas missões oficiais.



Na CPI não tem anta. Tem onça. E as onças vão pegar o guariba. Pode acreditar"

do presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), respondendo ao presidente Jair Bolsonaro, que o chamou de "anta amazônica".

A volta da crise

A contar pelas primeiras declarações do presidente Jair Bolsonaro depois da saída do hospital, nem os aliados conseguem vislumbrar o recesso parlamentar como um espaço para acalmar os ânimos entre governo, Congresso e Supremo Tribunal Federal. O presidente mantém o tom bélico em relação aos senadores da CPI da Covid e, agora, devido aos ataques ao vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), o presidente se desgasta com mais um pedaço da Câmara.

Nesse clima, até os maiores aliados de Bolsonaro classificam o recesso como um período em que cada um aproveita para escolher melhor as suas armas. Não há um esforço coletivo para promover a pacificação.



Sergio Lima/AFP - 4/9/20



Sutis diferenças/ Ao defender o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello (foto) no caso do vídeo em que o general menciona perspectiva de compra direta da CoronaVac, Bolsonaro disse que Brasília é o paraíso de lobistas e picaretas. A constatação leva as autoridades públicas a não perderem tempo com eles. Especialmente, em casos de vacinas que já tinham parcerias fechadas no Brasil, a CoronaVac com o Butantan e a AstraZeneca, com a Fiocruz.

Temor.... / O setor de shoppings, um dos mais afetados pela pandemia, movimentou R\$ 192 bilhões em 2019. Com o vírus em cena, viu sua receita cair 33,2% e os empregos baixarem 10%. Com a proposta de reforma tributária do governo, já davam a perspectiva de recuperação como perdida.

... e esperança/ Agora, porém, depois que o relator da reforma tributária, Celso Sabino (PSDB-PA), alterou o texto da reforma, importantes líderes do setor, como o vice-presidente institucional da Multiplan, Vander Giordano, e o presidente da Associação Brasileira de Shoppings, Glauco Humai, prometem ao governo apoiar a proposta.

PODER / Presidente da Câmara, Arthur Lira, reforça a intenção de levar adiante a proposta de mudar o regime político para o semipresidencialismo a partir de 2026. O modelo ajudaria a diminuir as constantes crises políticas. Proposta tem apoio de ministros do STF

Receita contra instabilidade

» RENATO SOUZA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que não partiu dele a iniciativa de mudar o regime político do Brasil para o semipresidencialismo, no qual se retira a concentração de poderes na figura do presidente da República. O tema está em debate no Congresso. O parlamentar indica que vai levar o assunto ao plenário.

Após a postagem de Lira, o tema entrou para os assuntos mais comentados nas redes sociais. "Acabamos com a vontade de um só, que votava ou não votava o que bem lhe aprouvesse. Não mais! Acabou a época de projetos esquecidos nas gavetas. E o semipresidencialismo é mais um desses. Surgiu antes da crise atual. Não é invenção minha", escreveu o deputado.

Para o congressista, o Brasil vive um cenário de constantes crises políticas, o que, na visão dele, justifica a mudança no sistema de governo. "Podemos, sim, discutir o semipresidencialismo, que só valeria para as eleições de 2026, como qualquer outro projeto ou ideia que diminua a instabilidade crônica que o Brasil vive há muito tempo. Esse é o nosso trabalho, essa é a nossa obrigação. Pressões são normais, mas aceitá-las ou guiar-se por elas pode não ser a melhor prática", completou o presidente da Câmara.

Apoio político

Além de Arthur Lira, o ministro Luís Roberto Barroso, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é um dos defensores da ideia. "Essa é a inovação que eu acho que nós devemos imple-

mentar no Brasil para 2026. Para que não haja mais nenhum interesse posto sob a mesa", disse Barroso durante um recente simpósio sobre o sistema político brasileiro.

O magistrado alega que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, deixou traumas, e que ela não caiu por ter cometido crimes de responsabilidade, mas, sim, por contar com escasso apoio político. "Creio que não deve haver dúvida razoável de que ela (Dilma Rousseff) não foi afastada por crimes de responsabilidade ou corrupção, mas, sim, por perdas e sustentação política. Até porque afastá-la por corrupção depois do que se seguiu seria uma ironia da história", completou Barroso. Ele vem sendo duramente criticado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O atual presidente ainda não falou sobre o tema e dedica-se mais a conchamar a implementação do voto impresso. Bolsonaro reverbera, sem apresentar provas, suposta fraude nas urnas eletrônicas e indica que não vai aceitar o resultado das eleições de 2022 caso perca a votação.

O semipresidencialismo reúne características do presidencialismo, sistema usado no Brasil atualmente, e do parlamentarismo. Neste último, os deputados e senadores passariam a escolher o chefe do governo. Ou seja, o presidente deixaria de ser eleito diretamente pelo povo.

Em alguns países, como no Reino Unido, existe a figura de um primeiro-ministro. Ele pode ser escolhido e destituído pelo parlamento de maneira mais flexível do que de um presidente.

Carlos Moura/SCO/STF - 29/5/19



Ministro Barroso também defende semipresidencialismo em 2026

IPTU+

+ Benefícios + Melhorias + Avanços

Fique atento ao vencimento da terceira parcela.

FINAL DA INSCRIÇÃO	TERCEIRA PARCELA	QUARTA PARCELA
1 e 2	19/07	23/08
3 e 4	20/07	24/08
5 e 6	21/07	25/08
7 e 8	22/07	26/08
9, 0 e X	23/07	27/08

Boletos disponíveis no Portal da Receita. Acesse www.receita.fazenda.df.gov.br ou baixe o app Economia DF.

Acesse com a câmera do celular:



Secretaria de Economia

